

Coletivo Nacional de Segurança Bancária alinha propostas para negociação com a Fenaban



O Coletivo Nacional de Segurança Bancária da Contraf-CUT se reuniu nesta quinta-feira (10) com representantes das federações e sindicatos de bancários de diversas regiões do país para debater as principais preocupações e propostas relacionadas à segurança no setor financeiro.

O encontro serviu para alinhar os pontos que serão levados à mesa de negociação com a Fenaban, prevista para agosto, e também definiu uma data indicativa para o Seminário Nacional de Segurança Bancária, que deve ocorrer em novembro.

A reunião foi marcada por relatos contundentes sobre a precarização das condições de segurança nas agências. Os representantes destacaram o fechamento de unidades físicas, especialmente nos grandes bancos, o que tem gerado demissões e aumentado a pressão sobre os locais que permanecem abertos. Em muitos casos, os próprios bancários estão sendo obrigados a abastecer os caixas eletrônicos (ATMs), uma função que deveria ser realizada exclusivamente por empresas de segurança especializada.

Outro ponto de preocupação é a atuação dos bancos junto a prefeituras para retirada das portas giratórias de segurança das agências, medida que coloca em risco a integridade de trabalhadores e clientes. As chamadas “agências de negócios”, modelo cada vez mais adotado pelas instituições, também foram criticadas por não contarem com estrutura de segurança adequada.

Os idosos têm sido particularmente prejudicados com o avanço do autoatendimento e da digitalização, tornando-se alvos frequentes de golpes e fraudes. A falta de suporte presencial nas agências aumenta ainda mais a vulnerabilidade desse público.

Movimento sindical bancário exige taxaço dos super-ricos

Nesta quinta-feira (10), milhares de trabalhadores e trabalhadoras realizaram protestos em várias cidades do país para pressionar o Congresso Nacional a aprovar projeto de lei que prevê isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e aumento da taxaço para quem ganha acima de R\$ 600 mil por ano.

A proposta, de autoria do governo federal, prevê ainda descontos do IR aos trabalhadores que ganham até R\$ 7 mil por mês.

Um estudo da Oxfam Brasil, organização britânica de combate à desigualdade, revela que os pobres pagam, proporcionalmente, três vezes mais impostos que os 0,15% mais ricos da população brasileira.